

**Defesa do FCDF amplia apoio no Congresso**

# Ibaneis amplia apoio no Congresso

No mesmo dia em que o governador do DF se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, ele aproveitou para conversar com lideranças de partidos. Arthur Lira vai escolher um parlamentar com perfil técnico para a relatoria da matéria

• ARTHUR DE SOUZA  
• CAMILA CURADO

**A** luta pela manutenção das regras atuais do cálculo de reajuste do Fundo Constitucional (FCDF) ganhou mais apoio. Ontem, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), esteve na Câmara dos Deputados e anunciou que três partidos (MDB, Republicanos e PL) devem fechar questão, opondo-se a qualquer alteração no repasse da União ao governo local.

Segundo o chefe do Executivo local, a ideia é que, até o fim desta semana, pelo menos todos os partidos de centro-direita estejam ao seu lado na batalha. "Queremos ter as declarações dos presidentes e dos líderes (dos partidos) para que a gente possa ter um pouco mais de tranquilidade", comentou. Ibaneis ressaltou que será um "trabalho árduo" e que será necessária a união de todas as bancadas.

O governador também se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) para tratar sobre o FCDF. O encontro teve participação de senadores, de deputados federais e distritais, em torno do objetivo comum de defender os recursos para Brasília. Ibaneis disse que saiu do encontro "muito otimista" e que está confiante em uma nova vitória no Congresso.

Arthur Lira vai optar por um deputado com perfil técnico-orçamentário. "Alguém que entenda, discuta e consiga encontrar os encaminhamentos", afirmou o presidente da Câmara, na reunião.

"Para nós, isso é muito importante, pois poderemos demonstrar quais serão os impactos na vida da população brasileira", comemorou o governador.

O presidente da Câmara também afirmou que é vital o "tour" que o governador Ibaneis Rocha está fazendo no Congresso — visitas às bancadas, às presidências dos partidos e os encontros individuais — e avaliou que o melhor é focar no colegio de líderes.

**Diálogo**

Questionado se, durante a reunião, houve uma sinalização de retirar o item sobre o FCDF, Ibaneis disse que a liderança do governo na Câmara vai ter que analisar se é melhor retirar ou sofrer uma nova derrota no Congresso. "A gente espera que seja um diálogo aberto



O governador do Distrito Federal se reuniu com o presidente da Câmara, Arthur Lira, acompanhado de senadores, deputados federais e distritais

**Estamos fazendo um movimento importante e que tem apresentado resultados. Várias lideranças têm se colocado a favor de Brasília"**

**Erika Kokay (PT), deputada federal**

**Assim como no ano passado, tenho convicção de que conseguiremos sensibilizar os colegas parlamentares"**

**Leila Barros (PDT), senadora**

isso é um encargo dos parlamentares do PT, como é o caso da deputada Erika Kokay. Ela precisa ter esse diálogo, para que o governo analise a possibilidade da retirada", observou.

Ao Corréio, a vice-governadora do DF, Celina Leão (PP), afirmou que Lira sabe da importância do Fundo Constitucional para o DF, lembrando que o tema foi discutido no ano passado. "Estamos confiantes em dialogar com deputados e senadores para explicar a relevância do FCDF e o que ele representa para o Distrito Federal", comentou.

**União**

Outros parlamentares do DF também participaram da reunião, como a deputada Bia Kicis (PL). A parlamentar afirmou que foi uma boa reunião. "Colocamos as nossas preocupações com relação a essa mudança proposta do Fundo Constitucional, que gera muita insegurança jurídica para o DF", pontuou. "A forma de correção atual é feita para garantir a prestação dos serviços, que se difere dos demais. É para pagamento de

despesas para a própria existência da capital", explicou.

Erika Kokay (PT) também esteve no encontro e disse que foi uma oportunidade de mostrar que a bancada no DF está unida. "Estamos fazendo um movimento importante e que tem apresentado resultados. Várias lideranças têm se colocado a favor de Brasília. Essa unidade é absolutamente fundamental. Todos os parlamentares do DF estão lutando juntos", afirmou. "Temos que continuar o processo de convencimento, para que possamos derrotar essa proposição", acrescentou a parlamentar.

A senadora Leila Barros (PDT) foi outra que participou da reunião. A reportagem, ela comentou sobre as articulações com as lideranças do Senado. "Conversei com o presidente Rodrigo Pacheco e algumas lideranças partidárias para destacar os riscos que uma alteração na base de cálculo do Fundo Constitucional traria para os brasileiros e para a União", revelou. "Assim como no ano passado, tenho convicção de que conseguiremos sensibilizar os colegas parlamentares", garantiu.

**Urgência na tramitação**

Na sessão deliberativa de ontem da Câmara dos Deputados, os parlamentares aprovaram o requerimento para que o Projeto de Lei (PL) 4614/2024 — que quer alterar a forma de cálculo do reajuste do Fundo Constitucional — seja apreciado em regime de urgência. Dos 423 deputados presentes, 267 votaram a favor e 156 contra. A ideia do governo federal é acelerar a tramitação do projeto na Casa. Na prática, com a aprovação do requerimento, o PL não precisará passar pelas comissões e irá direto para o plenário da Câmara.

**Três perguntas para...**

**IBANEIS ROCHA, GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL**

**No ano passado, houve uma batalha pelo FCDF e o fundo foi mantido. Acredita que será mais difícil, desta vez?**

Acho que será mais fácil, posto que os deputados e senadores que votaram há um ano e três meses atrás são os mesmos e não exige mudança na questão estrutural.

**Por que o senhor decidiu participar mais ativamente das articulações?**

Não posso deixar as questões eleitorais prevalecerem. Como não posso mais

concorrer ao governo do Distrito Federal em 2026, não quero contaminar a discussão. Se deixasse a Colina, neste momento, assumir a articulação, poderia criar um conflito.

**Pretende fazer uma reunião com parlamentares e ex-gestores do DF, assim como da primeira vez?**

Sim, em um momento seguinte. Estou orquestrando esse encontro para mostrar que estamos totalmente unidos em defesa do Fundo Constitucional.

# Polícia Civil protesta contra mudanças no FCDF

• PABLO GIOVANNI

Representantes dos sindicatos dos policiais e delegados da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) promoveram um ato, ontem, em frente ao complexo da corporação, para manifestar rejeição à proposta do governo federal que prevê mudanças no cálculo do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

Para a presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Distrito Federal (Sindepol), Cláudia Alcântara, a medida trará prejuízos significativos ao Distrito Federal.

"É a segunda vez que tentam retirar o Fundo Constitucional. Estamos falando de uma cidade com três milhões de habitantes, e nós exercemos com excelência o trabalho de combate ao crime organizado e de proteção à capital federal. Contudo, se cortarem o fundo, como propõe o texto em tramitação no Congresso, haverá um impacto amplo em todo o governo do DF", afirmou a sindicalista.

Cláudia alertou ainda sobre uma das principais consequências de um eventual corte nos recursos. "O crime organizado tende a se expandir, e se o Estado



Representantes dos policiais civis, delegados, agentes policiais de custódia e peritos papiloscopistas estiveram na manifestação

regredir, estaremos permitindo a entrada de facções na nossa capital, algo que ainda não ocorreu, graças ao comprometimento das nossas polícias", destacou.

**Papel estratégico**

O vice-presidente da Confederação Brasileira dos Policiais Civis (Cobrapol), Giancarlo

Miranda, reforçou a importância da manutenção do FCDF nos moldes atuais, calculado pela variação da Receita Corrente Líquida (RCL). "O fundo é essencial para garantir a segurança de Brasília, uma capital que acolhe representantes de todos os entes federativos, missões diplomáticas e o corpo político nacional", elencou.

"A Polícia Civil do DF, sustentada por esse recurso, desempenha um papel estratégico na manutenção da ordem e na proteção de instituições fundamentais do país. Preservar o FCDF é assegurar a continuidade de um modelo de segurança pública exemplar, que beneficia não apenas os quadros do DF, mas toda a República", concluiu Miranda.

**Menos policiais**

O presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis (Sinpól), Enoque Venâncio, compartilhou a preocupação. Ele ressaltou que, além da Polícia Civil, outras forças de segurança também encaram com apreensão a proposta do governo federal, que já foi debatida no Congresso no ano passado (veja entrevista na página 16).

"O novo cálculo proposto pelo governo federal acarretará em menos receita e menos recursos, o que resultará em menos policiais civis nas ruas, agravando o déficit atual. É crucial que os congressistas compreendam que aqui é a sede dos Três Poderes. Essa proposta não pode prosperar", advertiu Venâncio.

**Defasagem**

Além dos três sindicatos, também estiveram presentes na manifestação representantes da Associação dos Agentes Policiais de Custódia (AAPC); da Associação dos Delegados de Polícia (Adepol); da Associação Brasileira dos Peritos Papiloscopistas (Asbrapp); da Associação Brasileira de Peritos em Criminalística (ABPC); e da Associação Brasileira de Medicina Legal (ABRML).

Atualmente, a Polícia Civil conta com 4.670 integrantes, entre delegados, agentes, agentes de custódia, escrivães, papiloscopistas, peritos médico-legistas e peritos criminais. O dado inclui 792 policiais nomeados no início de novembro pelo GDE.

Existe uma defasagem de 4.276 servidores, de acordo com o Departamento de Gestão de Pessoas da PCDF.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

**Seção:** Cidades **Página:** 15